

XV ENCONTRO DA ASG-PLP - BRASÍLIA, 8 A 10 DE SETEMBRO 2014

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013/2014

SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Relatório que agora se apresenta corresponde, grosso modo, ao período da 3.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, isto é, reflete a atividade parlamentar desenvolvida entre 15 de setembro de 2013 e 25 de julho de 2014.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Considerando as atividades realizadas no decurso da 3.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura da Assembleia da República, e tendo presente preocupações que são comuns à boa gestão da instituição parlamentar, o presente relatório distingue quatro áreas de atividade: atividade legislativa, linhas de orientação orçamental, contacto e informação ao cidadão e cooperação interparlamentar.

No âmbito do processo legislativo destaca-se a continuação da apreciação pela Assembleia da República de um programa de reformas legislativas muito complexo do ponto de vista político e técnico, sobretudo ao nível do acompanhamento das matérias orçamentais e da reforma do Estado. Das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas

competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e eletiva de outros órgãos.

Quanto às linhas orientadoras do orçamento da Assembleia da República para 2014, tal como aconteceu no ano anterior, este é inevitavelmente condicionado por restrições orçamentais que se enquadram num esforço nacional de contenção e por metas cada vez mais exigentes, definidas pelo Conselho de Administração da Assembleia da República.

Relativamente ao contacto com o cidadão, o número de audições, audiências, seminários e petições (128 petições entradas, das quais 46 foram discutidas em Plenário) são elucidativas sobre a continuidade da política de abertura ao cidadão e de envolvimento da sociedade civil no trabalho parlamentar.

A cooperação interparlamentar desenvolvida pela Assembleia da República, quer ao nível bilateral quer ao nível multilateral, foi ao encontro dos princípios que têm pautado a sua implementação: troca de experiências, partilha de conhecimentos e defesa de boas práticas que contribuam para a consolidação da instituição parlamentar.

II. ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

No âmbito da **gestão da agenda política e legislativa**, a crise económica e orçamental determinou a continuação, no último ano, da apresentação e apreciação pelo Parlamento de um programa de reformas legislativas muito complexo do ponto de vista político e técnico, sobretudo ao nível do acompanhamento das matérias orçamentais. A par do aumento da atividade fiscalizadora e de controlo da ação do Governo, o processo legislativo (sobretudo ao nível das propostas de lei apresentadas pelo Governo) caracterizou-se por uma acentuada celeridade, tendo em conta a necessidade de cumprimento das metas acordadas no Memorando de Entendimento, com efeitos óbvios ao nível da qualidade da legislação.

Porém, como forma de dar resposta às críticas que se fazem ouvir sobre a falta de qualidade das leis, foi criado, em julho de 2013, pela Presidente da Assembleia da República, um Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa (com um Deputado

de cada Grupo Parlamentar), com o objetivo de melhorar a qualidade legislativa e de prosseguir a simplificação das leis.

Tendo presente a necessidade de desenvolver estratégias e instrumentos para simplificar as leis e as tornar de mais fácil acesso e compreensão pelos operadores jurídicos, e considerando ser este um objetivo comum a todos os órgãos de soberania, como o Governo, a Assembleia da República e a Presidência da República, o Parlamento criou o referido grupo de trabalho que, partindo de algumas compilações sectoriais, já preparadas internamente pelos Serviços da Assembleia da República, ao nível das Comissões Parlamentares, tem vindo a efetuar um trabalho de consolidação legislativa, que teve início pela área da saúde.

Com esse propósito, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei n.º 516/XII – subscrito por todos os Grupos Parlamentares – dando, assim, origem à *Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde* (Lei n.º 15/2014, de 21 de março).

Em termos quantitativos, o número de iniciativas entradas representou um volume de trabalho muito considerável para os Serviços da Assembleia da República, visto que houve 63 leis aprovadas, 92 resoluções tendo em conta que quase 70% dos projetos de lei e propostas de lei tiveram nota técnica dos Serviços e todos os aprovados foram objeto de redação final.

Também em matéria de **fiscalização política**, realizaram-se 12 debates com o Primeiro-Ministro, tendo-se ainda realizado, em sessões plenárias com a presença do governo, 5 debates de atualidade, 1 debate de urgência, 4 debates preparatórios de Conselhos Europeus, 1 debate com os Ministros, 1 debate sobre processos de contas públicas e 1 debate do Estado da Nação.

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política,

legislativa e eletiva de outros órgãos. Apresentam-se assim, os trabalhos desenvolvidos durante a 3ª Sessão Legislativa da atual Legislatura:

| Tipo de Reunião | | Nº Reuniões | |
|---|------------|-------------|-----|
| Plenárias | Ordinárias | 104 | 105 |
| | Solenes | 1 | |
| Comissão Permanente | | 1 | |
| Conferência de Líderes | | 26 | |
| Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares | | 6 | |
| Conselho de Administração | | 38 | |

No período em análise realizaram-se 104 sessões plenárias ordinárias e uma sessão plenária solene que decorreu no âmbito das comemorações do 25 de abril. Igualmente no âmbito da atividade parlamentar corrente tiveram lugar 26 Conferências de Líderes e 6 Conferências dos Presidentes das Comissões Parlamentares. O Conselho de Administração reuniu 38 vezes.

No âmbito das iniciativas legislativas, deram entrada na Mesa da Assembleia da República 199 Projetos de Lei, 70 Propostas de Lei, 12 Propostas de Resolução e 280 Projetos de Resolução.

Na 3ª Sessão Legislativa da XII Legislatura estiveram em funcionamento **12 Comissões Permanentes**, número fixado no início da Legislatura:

- 1ª – “Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias”;
- 2ª – “Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas”;
- 3ª – “Defesa Nacional”;
- 4ª – “Assuntos Europeus”;
- 5ª – “Orçamento, Finanças e Administração Pública”;
- 6ª – “Economia e Obras Públicas”;
- 7ª – “Agricultura e Mar”;
- 8ª – “Educação, Ciência e Cultura”
- 9ª – “Saúde”;

10ª – “Segurança Social e Trabalho”;

11ª – “Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local”;

12ª – “Ética, Cidadania e Comunicação”.

A tabela seguinte apresenta o número de reuniões ordinárias e extraordinárias que cada Comissão Parlamentar Permanente realizou até 25 de julho¹:

| Comissão | Reuniões | Audições | Audiências | Visitas e Deslocações | Conferências, Colóquios e Seminários |
|--|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------------|
| Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias | 79 | 37 | 16 | 31 | 5 |
| Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas | 52 | 15 | 41 | 9 | 3 |
| Defesa Nacional | 56 | 26 | 16 | 22 | 1 |
| Assuntos Europeus | 50 | 26 | 18 | 14 | 1 |
| Orçamento, Finanças e Administração Pública | 108 | 121 | 44 | 6 | 1 |
| Economia e Obras Públicas | 62 | 45 | 5 | 12 | 5 |
| Agricultura e Mar | 66 | 61 | 20 | 2 | - |
| Educação, Ciência e Cultura | 109 | 52 | 49 | 30 | 14 |
| Saúde | 44 | 12 | 48 | 3 | 2 |
| Segurança Social e Trabalho | 66 | 43 | 26 | 9 | - |
| Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local | 59 | 38 | 3 | - | - |
| Ética, Cidadania e Comunicação | 62 | 28 | 3 | 4 | 1 |
| Total | 832 | 516 | 296 | 145 | 33 |

De salientar, que para além das reuniões acima referidas, as Comissões levam a efeito outro tipo de reuniões, nomeadamente, da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares e reuniões no exterior.

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na Sessão Legislativa aqui em análise foram constituídas duas Comissões Eventuais de Inquérito:

- **Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais**

de Viana do Castelo: concluiu os seus trabalhos ainda durante a sessão, a 9 de julho de 2014

- **Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares** (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) (CPIPRAEM).

Mantiveram-se em funcionamento a Comissão de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate e a Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público, tendo esta última concluído os trabalhos em 6 de fevereiro de 2014.

| Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito | | Nº Reuniões | Nº Audições |
|--|---|-------------|-------------|
| Eventuais | Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal | 11 | 7 |
| Eventuais de Inquérito | Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público | 32 | 17 |
| | X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate | 16 | 14 |
| | Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo | 27 | 18 |
| | Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) | 22 | 13 |
| Total | | 108 | 56 |

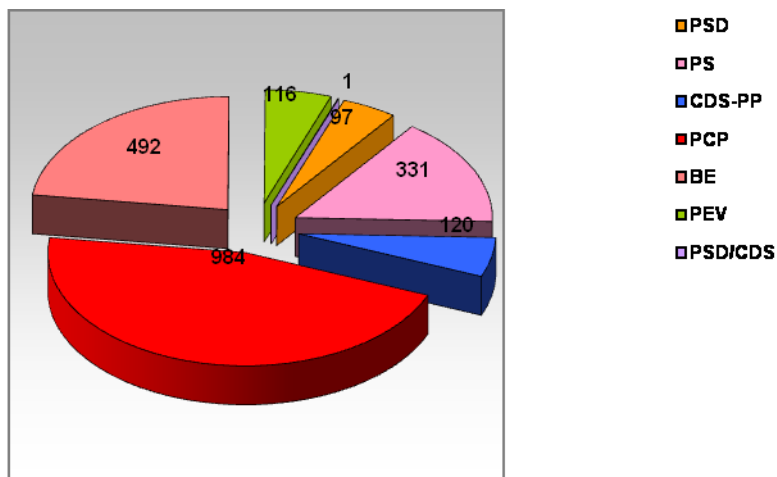
No âmbito da **atividade de orientação e fiscalização política da AR**, refira-se ainda a apresentação de **uma Moção de Censura** ao Governo, a qual foi rejeitada. Esta iniciativa foi apresentada, nos termos do artigo 194º da Constituição, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista. Não foi apresentada **nenhuma Moção de Confiança** ao Governo.

Nesta 3ª Sessão Legislativa tiveram lugar **25 Debates em Plenário**, distribuídos de acordo com a tipologia prevista no Regimento e conforme a tabela que se apresenta

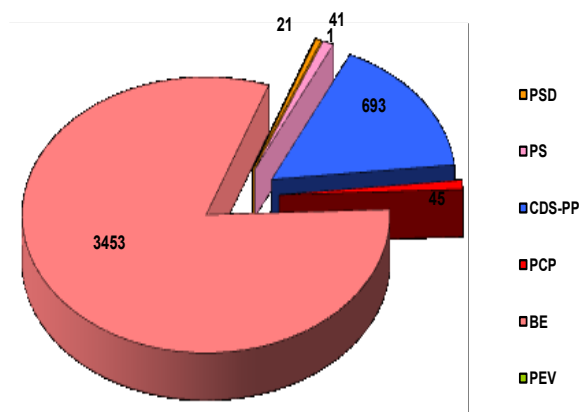
| Debates | | Total |
|----------------------|--|-----------|
| Debate com o Governo | Debate do Estado da Nação | 1 |
| | Debate Quinzenal com 1º Ministro | 12 |
| | Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu | 4 |
| | Debate com os Ministros | 1 |
| Outros Debates | Debate de Atualidade | 5 |
| | Debate de Urgência | 1 |
| | Debate Político Potestativo | - |
| | Declaração do Governo | - |
| | Processos Contas Públicas (Orientação Política Orçamental, Conta Geral do Estado e Programa de Estabilidade e Crescimento) | 1 |
| Total | | 25 |

Foram formuladas, pelos seis Grupos Parlamentares, 2.141 **Perguntas** e 2.768 **Requerimentos**. O Grupo Parlamentar do PCP foi quem dirigiu mais Perguntas ao Governo e o Grupo Parlamentar do BE foi quem efetuou mais Requerimentos, conforme espelham os gráficos abaixo:

Perguntas Formuladas na XII/3ª



Requerimentos Formulados na XII/3ª



Os requerimentos à Assembleia da República (AR), às Regiões Autónomas (RA) e às Entidades Independentes (EI) continuaram a ter um tratamento semelhante a anos anteriores, ou seja, o processo ainda não está desmaterializado mas, estes requerimentos têm uma importância residual em termos quantitativos.

III. AS COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL

O mês de abril, comemorando os 40 anos da Revolução, foi diferente na Assembleia da República.

Correspondendo a um convite da Presidente Assunção Esteves, foi criado um Grupo de Trabalho composto por Deputados de todos os Grupos Parlamentares, que definiu, por consenso, as linhas gerais do programa das comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril.

Os princípios definidos foram os de eleger o Palácio de São Bento como o centro destas comemorações, mas também fazer com que os cidadãos sintam o Parlamento como seu, podendo assistir, especialmente durante a 2ª quinzena de abril, aos diversos eventos culturais que se pretenderam muito diversificados.



Assim, desde a exposição à peça de teatro, foi possível apresentar uma original sessão de declamação de poesia, concertos musicais, um ciclo de cinema, bem como a abertura do Palácio de São Bento para visitas

livres, de forma inédita, durante todo o fim-de-semana.

A resposta do público foi muito positiva, tendo todos os eventos do programa atingido um número superior a 20.000 espetadores/visitantes, o que significa que estiveram mais pessoas no Palácio nestes 15 dias que durante todo o ano de 2013.

O concerto de Rodrigo Leão, na escadaria principal do Palácio, foi um sucesso musical e de assistência, assim como o de homenagem a Zeca Afonso, nos Passos Perdidos ou a peça de teatro “Abril esperanças mil”, na Sala do Senado.



As visitas do público foram integralmente livres, com a novidade da participação dos serviços do Plenário, das Comissões, da Redação e das Relações internacionais e Protocolo que, em diferentes Salas, explicaram as principais funções parlamentares.

A Presidente abriu as portas do Palácio na tarde do dia 25, fazendo uma visita aos principais espaços a todos os que inauguraram essas visitas. O Parlamento, como nunca, foi de todos, reforçando a imagem de centro da democracia.



O Nascimento de uma Democracia, exposição que esteve patente até 31 de agosto, reflete o período que, após a Revolução do 25 de Abril, Portugal viveu e que conduziu à instauração de um regime democrático e à criação da própria Assembleia da República.

IV. O COMUNICAR - A NOVA NEWSLETTER DA AR

Dando sequência a várias solicitações e necessidades sentidas pelos diversos Serviços, a partir de 2008 começaram a ser publicados eletronicamente vários boletins informativos.

Estas publicações tiveram uma periodicidade variável, em função dos vários objetivos dos serviços. Tratou-se de iniciativas de partilha de informação, sendo um bom auxiliar a todo o público interno da AR, mas também ao público externo, nos casos aplicáveis.

No entanto, considerou-se que a chegada às caixas de correio eletrónico de informação dispersa, sem um fio condutor e uma coerência de edição e imagem, não era desejável, podendo ser mesmo um mero fator de concorrência entre serviços.

Foi feita uma reflexão sobre conteúdos, formato e periodicidade de um Boletim AR, que condensasse a informação essencial a transmitir aos deputados, Grupos

Parlamentares e Serviços, bem como a articulação com a Newsletter que é disponibilizada mensalmente na Internet.

Foi decidido que o novo Boletim, o ComunicAR, deveria ter conteúdos breves, definindo limites de caracteres, e, ao mesmo tempo, ser capaz de abranger as várias áreas da administração parlamentar, sem ser fastidioso e ser de grande utilidade prática, com divulgação interna e externa.

O número zero foi lançado em dezembro de 2013. Desde essa altura o ComunicAR passou a ser publicado mensalmente, informando sobre os momentos mais relevantes da atividade parlamentar, para um conjunto de leitores, dentro e fora da Assembleia da República.

O ComunicAR é composto por quatro secções distintas: Novidades, Aconteceu, Informações e Sabia Que e, para além do envio que é feito mensalmente através do correio eletrónico, pode ser consultado na página da internet da AR em <http://app.parlamento.pt/comunicar/>

JULHO_14

COMUNICAR



NOVIDADES +



CERIMÓNIA DE CONCESSÃO DE HONRAS DE PANTEÃO NACIONAL A SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

➔ FÓRUM PARLAMENTAR DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA 2014

ACONTECEU +



ATIVIDADE INTERNACIONAL

IV Fórum Parlamentar Luso-Espanhol

INFORMAÇÕES +



ATIVIDADE LEGISLATIVA E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA

➔ DOSSIÉ DE INFORMAÇÃO | ESTUDO COMPARADO SOBRE INCÊNDIOS FLORESTAIS E PROTEÇÃO CIVIL

➔ CALENDÁRIO DOS TRABALHOS PARLAMENTARES

SABIA QUE +



PEÇA DO MÊS | COROA REAL

➔ ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE EM PORTUGAL

V. A ATIVIDADE INTERNACIONAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO ÂMBITO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

No âmbito das visitas oficiais à Assembleia da República assinala-se:

- Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak – 20 de setembro de 2013



- Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza - 1 de julho de 2014



Cooperação Parlamentar Multilateral

No âmbito do Programa da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), realizou-se entre os dias 7 e 11 de julho de 2014, no Centro de Acolhimento ao Cidadão (CAC), o I Encontro de Quadros de Gestão Patrimonial dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa.



Cooperação Parlamentar Bilateral

Em 16 de maio de 2014 o Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique (ARM), Armando Mário Correia, efetuou uma visita à Assembleia da República durante a qual foi assinado o **Programa de Cooperação Parlamentar para o período 2014/2016**.



Na continuidade dos bons resultados obtidos com os Programas de Cooperação anteriores, e num processo de consolidação de competências técnicas, o Programa de Cooperação entre a ARP e a ARM para 2014/2016 tem por objetivo a implementação de ações eleitas pelas Partes, tendo em vista o desenvolvimento e o aprofundamento do papel da Instituição Parlamentar, no respeito das suas especificidades próprias, bem como do interesse no reforço e na consolidação dos laços de amizade e de cooperação.

No período analisado pelo presente relatório há ainda a destacar a assinatura, a 15 de novembro de 2013, do **Programa de Cooperação Parlamentar entre a**



Assembleia da República e o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Este Programa de cooperação deverá vigorar entre 2013 e 2016, e pretende abarcar todas as vertentes da atividade parlamentar.

No âmbito dos Programas de Cooperação Parlamentar que a Assembleia da República celebrou com outros Parlamentos de Língua portuguesa, realizaram-se diversas ações de formação, estágios *on the job* e missões de assistência técnica e material que envolveram, de forma muito positiva, funcionários parlamentares afetos às várias áreas da atividade parlamentar.

Realizaram-se várias Missões de Assistência Técnica na **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)**, nomeadamente sobre formação Técnica em Instrumentos de Avaliação de Desempenho, assessoria na implementação de um sistema de avaliação dos serviços da qualidade dos serviços de informação, Biblioteca, Arquivo e Documentação, formação em edição e produção de publicações e, ainda, de assessoria para a Implementação de um sistema de recolha de imagens das sessões Parlamentares.

Ainda no âmbito do Programa de Cooperação com a ANCV, realizaram-se vários estágios *on the job* em áreas como do Apoio às Comissões Especializadas, sobre o processo de execução de remunerações e outros abonos, despesas e investimentos,

para técnicos de apoio à Redação, " para técnicos de apoio ao Plenário para aperfeiçoamento da técnica legislativa, para técnicos de apoio ao Plenário.

Tiveram ainda lugar várias visitas de estudo de Delegações de Comissões Parlamentares da **Assembleia da República de Moçambique (ARM)**, nomeadamente a visita de estudo de uma delegação da Comissão de Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social; uma visita de uma delegação do Gabinete da Mulher Parlamentar; a visita de estudo de uma delegação do Conselho de Administração da Assembleia da República de Moçambique; e ainda uma delegação de Deputados da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades.

Da cooperação com a **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)** destacam-se as missões de assistência técnica da Assembleia da República nas áreas dos recursos humanos, património e gestão financeira e a instalação de uma base de dados da atividade parlamentar. A Assembleia da República acolheu ainda funcionários da ANSTP com o objetivo de partilharem experiências e realizarem estágios *on the job* nas áreas da redação e audiovisual e relações internacionais. Finalmente, no período analisado pelo presente relatório destaca-se o acolhimento de três visitas de estudo de Deputados membros das Comissões Permanentes dos Assuntos Económicos e Financeiros; Obras Públicas e Recursos Naturais; e Direitos Humanos, Género e Cidadania.

No contexto do Programa de Cooperação com o **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)**, e no período em análise, decorreram duas missões de assistência técnica em Díli, nas áreas da definição de um sistema de carreiras para os funcionários do PNTL e da avaliação dos sistemas de segurança do edifício do PNTL, tendo a Assembleia da República acolhido um estágio *on the job* de uma funcionária da área da Redação do Parlamento Nacional.

Acrescenta-se ainda, embora não enquadrado num Programa de Cooperação, a Assembleia da República acolheu funcionários da **Assembleia Nacional de Angola** com

o objetivo de partilharem experiência e realizarem estágios *on the job* na área gestão de edifícios Inteligentes (DAPAT, CINF, SS, Museu).

A cooperação parlamentar promovida e desenvolvida pela Assembleia da República visa o reforço da capacidade institucional dos parlamentos no quadro do seu posicionamento quanto aos restantes órgãos de soberania do Estado, a consolidação e aperfeiçoamento das competências profissionais dos recursos humanos parlamentares e insta à partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas.

Brasília, 8 a 10 de setembro de 2014

ⁱ Dados reportam a 7 de agosto 2014.